

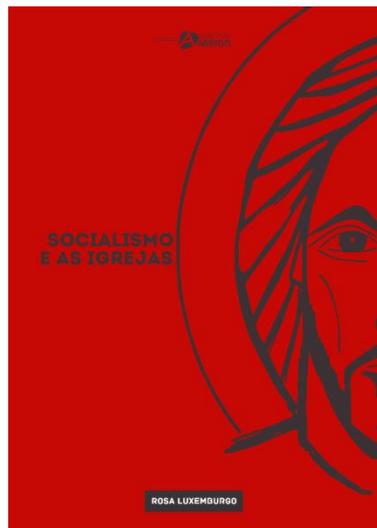


Resenha
Review

**O Socialismo e as igrejas: reabrindo um opúsculo clássico de
Rosa Luxemburgo¹**

Socialism and the churches: reopening a classic booklet by Rosa Luxemburg

Jean Henrique Costa²



¹ Resenha de: LUXEMBURGO, Rosa. **Socialismo e as igrejas**. 2. ed. Tradução de Tiago Fermino dos Santos. Porto Alegre, RS: Coletivo Abrigo, 2018.

² Sociólogo e Doutor em Ciências Sociais. Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: prof.jeanhenriquecosta@gmail.com

O autor deste escrito não é perito – e tampouco ambiciona ser – na obra da marxista polonesa Rosa Luxemburgo (1871-1919), não obstante nutrir entusiasmo biográfico e o apropriado cuidado teórico. E o que o faria, diante desta iniciativa, resenhar um trabalho que escapa de sua alçada professoral? Não muito! Afinal, nas linhas aqui vindouras o leitor não há de encontrar nenhuma tese ou mesmo algum achado original das páginas da obra desta admirável referência marxista. Nesta ocasião, há apenas uma simples resenha que expõe, de forma didática e descritiva, a importância de um texto fundamental da pensadora. Objetivamos, portanto, chamar a atenção para o seu opúsculo intitulado “*Socialismo e as Igrejas*”, de 1905. Nada mais que isso. Se esta curta resenha fizer com que algum novo leitor busque algumas páginas, *in situ*, da autora, teremos cumprido nossa missão.

Como uma espécie de manifesto, o supracitado texto de 1905 carrega uma expressiva responsabilidade política, denunciando uma realidade dura que precisava ser problematizada, sobretudo no campo da ação militante pré-Revolução de 1917. Apesar de este opúsculo ser marcadamente um texto orientado para a práxis, não deixa também de representar um fragmento teórico vital de seu pensamento. Assim como outros manifestos, de Marx e Engels³ a Lafargue⁴, *Socialismo e as Igrejas* de Rosa Luxemburgo ensaia uma discussão comprometida com as questões militantes de seu tempo, orientando a ação coletiva daqueles que procuravam se alforriar das amarras de seus algozes. Além disso, e aqui ousamos especular, Rosa Luxemburgo traz uma discussão ainda hoje semitabu em parte do campo das humanidades, qual seja, que o poder espiritual não está acima dos conflitos de classe e as distintas igrejas envolvem a grande massa de fiéis – trabalhadores(as) – em relações assimétricas e desiguais de poder. Há hoje, portanto, uma parte da antropologia, da sociologia da religião e de alguns estudos acerca do fenômeno religioso que omitem ou apenas margeiam qualquer tentativa de associação entre a vida religiosa e a dominação superestrutural (simbólica, ideológica, etc.). A palavra alienação, por exemplo, seria quase que excomungada em tais searas disciplinares. Longe disto, Rosa Luxemburgo, com o mais digno respeito pela autonomia

³ *Manifest der Kommunistischen Partei, 1848*. Ver: MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

⁴ *Le Droit à la Paresse, 1880*. In: LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Editora Claridade, 2003.

da vida religiosa, não se acovarda e denuncia as mazelas da omissão da Igreja e de sua cúpula dirigente ocupada com a acumulação histórica de poder e riqueza.

Para iniciar, faremos a resenha de trás para frente e colocaremos as citações diretas da autora somente entre aspas e itálico, independente das amarras burocráticas das normas de citação. Vamos quebrar essa formalidade que tanto massacra a produção e a leitura de resenhas bibliográficas.

Iniciemos, logo, apontando as duas ideias centrais e conclusivas do texto: a) o leitor não encontrará no manifesto um ataque ao Cristianismo, mas ao poder do clero e a forma como este se impôs historicamente como uma classe pretensamente dirigente; b) a ideia cristã de *repartição do pão* entre os pobres não altera a dinâmica estrutural do modo de produção capitalista, pois não se socializam os meios de produção. Se apenas o produto é repartido, dado como esmola, portanto, como obra de caridade, então a dinâmica da produção da desigualdade não se altera.

Para Rosa Luxemburgo, é necessária a socialização dos meios de produção entre os trabalhadores e não simplesmente o rateio de seu produto final. A autora, mesmo não condenando a ideia originária de certo “comunismo” entre os primeiros apóstolos, critica a lógica cristã primitiva da política de *repartir o produto com os pobres*. Para ela, dividir com os pobres não encerra a desigualdade, mas a aumenta, já que a acumulação da riqueza, em sua estrutura, não é atingida. Adentremos, pois, diretamente no texto.

O escrito dá início mencionando o ataque da Igreja aos trabalhadores e aos socialistas. *“Desde o momento em que os trabalhadores do nosso país e da Rússia começaram a lutar corajosamente contra o governo czarista e contra os exploradores capitalistas, notamos cada vez com mais frequência que os padres, nos seus sermões, se lançam contra os trabalhadores que estão lutando. É com extraordinário vigor que o clero combate os socialistas e tenta, por todos os meios, depreciá-los aos olhos dos trabalhadores. Os crentes que vão à igreja aos domingos e em dias festivos são compelidos, cada vez mais frequentemente, a ouvirem um violento discurso político, uma verdadeira acusação contra o Socialismo, em vez de ouvirem um sermão e obterem uma consolação religiosa”* (LUXEMBURGO, 2018, p. 02).

Prosseguindo, nota-se que o Cristianismo não é o alvo primeiro da autora, mas sim, a conservadora e parcial prática política do clero. *“Em vez de consolar as pessoas que estão cheias de preocupações, cansadas de suas vidas difíceis e que vão à igreja com fé no*

Cristianismo, os padres fulminam os trabalhadores que estão em greve e os opositores do governo. E ainda mais, os exortam a suportar a pobreza e a opressão com humildade e paciência. Eles transformaram a igreja e o púlpito num lugar de propaganda política” (LUXEMBURGO, 2018, p. 02). Deste modo, evitando condenar as religiões, a questão capital reside na ideia de que o socialismo não deve condenar a vida religiosa em prol de uma hipotética religião do partido, já que “*os sociais-democratas, de todo o mundo e do nosso próprio país, consideram a consciência e as opiniões pessoais como sendo sagradas. Todo homem pode ter aquela fé e aquelas opiniões que lhe pareçam capazes de assegurar a sua felicidade. Ninguém tem o direito de perseguir ou atacar a opinião religiosa particular dos outros. Isso é o que os socialistas pensam*” (LUXEMBURGO, 2018, p. 02).

Assim sendo, o discurso falacioso de um socialismo que esmagaria as liberdades individuais, sobretudo religiosas e de pensamento, cai por terra. Destarte, decididamente, Rosa Luxemburgo tenta mostrar como a política do clero é anticristã, já que mantém os trabalhadores e as massas de pobres na ignorância e na opressão. O clero, para ela, perpetua uma política desumana pautada na aceitação de uma vida miserável e, ainda assim, que requer passividade perante as possibilidades de contestação. “[...] vemos o clero por um lado excomungado e perseguindo os sociais-democratas e, por outro, ordenando aos trabalhadores que sofram com paciência, isto é, deixem-se ser pacientemente explorados pelos capitalistas” (LUXEMBURGO, 2018, p. 03). Vê-se, pois, que “*o clero⁵, que se torna o porta-voz dos ricos, o defensor da exploração e opressão, põe-se a si próprio em flagrante contradição com a doutrina cristã*” (LUXEMBURGO, 2018, p. 03).

O avançar do texto perfaz um apanhado histórico sobre a antiguidade clássica romana e a problemática do modo de produção escravista. No trecho a seguir, encontra-se a segunda ideia central aludida na abertura desta resenha: “*Observamos que os proletários romanos não viviam do trabalho, mas das esmolas que o governo distribuía. Assim, a demanda dos cristãos da coletivização da propriedade não diz respeito aos meios*

⁵ Todavia, a autora opta por não condenar todos os membros da Igreja, apesar de considerar que são escassos os sacerdotes não corrompidos pelo poder e pela riqueza. “*É verdade que encontramos sacerdotes de outra espécie. Existem alguns que estão cheios de bondade e misericórdia e que não procuram lucros, esses estão sempre prontos a ajudar os pobres, mas devemos admitir que são, sem dúvida, raros e que podem ser olhados da mesma maneira que graúnas brancas. A maior parte dos padres, de faces rosadas, curvam-se e saúdam cortesmente os ricos e poderosos, perdoando-lhes silenciosamente toda depravação a e toda a iniquidade*” (LUXEMBURGO, 2018, p. 03).

de produção, mas aos bens de consumo. Eles não pediam que a terra, as oficinas e os instrumentos de trabalho se tornassem propriedade coletiva, mas apenas que tudo deveria ser repartido entre eles: casas, roupas, alimentos e os produtos acabados mais necessários à vida. Os comunistas cristãos não se preocuparam nada em inquirir a origem dessas riquezas. O trabalho de produção sempre recaía sobre os escravos” (LUXEMBURGO, 2018, p. 06).

Para Rosa Luxemburgo, esses primeiros cristãos foram adeptos de um tipo de “comunismo” de caridade (de doações), sendo um “comunismo [...] baseado no consumo de produtos acabados e não no trabalho, e [que] mostrou-se incapaz de reformar a sociedade e de pôr fim à desigualdade entre os homens e de derrubar a barreira que separa ricos e pobres. Por isso, exatamente como antes, as riquezas criadas pelo trabalho – para toda a sociedade – era fornecido pelos escravos. O povo, desprovido de meios de subsistência, recebia apenas esmolas, de acordo com a boa vontade dos ricos” (LUXEMBURGO, 2018, p. 07).

Diante disso, na defesa do programa socialista, Rosa Luxemburgo reproduz um popular trecho socialdemocrata: “Não queremos que os ricos repartam com os pobres: não queremos nem caridade nem esmolas; ambas as coisas são incapazes de impedir o retorno da desigualdade entre os homens. Não é de modo algum uma partilha entre ricos e pobres que nós desejamos, mas a completa supressão de ricos e pobres” (LUXEMBURGO, 2018, p. 08). Deste modo, a autora defende que “as fontes de toda a riqueza, a terra, em comum com todos os outros meios de produção e instrumentos de trabalho, se tornem propriedade coletiva do povo trabalhador que irá produzir para si próprio, de acordo com as necessidades de cada um. Os primeiros cristãos acreditaram que podiam remediar a pobreza do proletariado por meio das riquezas oferecidas pelos possuidores. Isso seria como tirar água com uma peneira! O comunismo cristão não só foi incapaz de mudar ou melhorar a situação econômica, como não durou” (LUXEMBURGO, 2018, p. 08).

Apesar da histórica benevolência presente em alguns nomes da Igreja, tais como São Basílio, Gregório (O Grande) ou mesmo São Crisóstomo – três pregadores de certo retorno ao “comunismo” (de caridade) dos apóstolos –, Rosa Luxemburgo percebe nesta empreitada moral uma impossibilidade estrutural de mudança, já que não alteraria a dinâmica desigual, contraditória e crescente de produção da miséria sob a ordem vigente. Logo, independente do modo de produção, para ela, historicamente “é

impossível empreender a igualdade, quer numa sociedade baseada na escravatura, quer numa sociedade baseada na servidão, porém torna-se possível entendê-la no nosso tempo, isto é, no regime do capitalismo industrial” (LUXEMBURGO, 2018, p. 16). Eis que surge no texto, então, o vislumbrado momento da práxis revolucionária: “O que os apóstolos cristãos não conseguiram realizar através dos seus ardentes discursos contra o egoísmo dos ricos, os proletários modernos, trabalhadores conscientes da sua posição de classe, podem principiar a realizar no futuro próximo, pela conquista do poder político em todos os países, apoderando-se das fábricas, da terra e de todos os meios de produção dos capitalistas para os tornar propriedade comum dos trabalhadores” (LUXEMBURGO, 2018, p. 16).

Então, condenando a acumulação de riquezas e poder pela Igreja, Rosa Luxemburgo acentua que tais propriedades *“vêm da exploração e da pobreza do povo trabalhador. A riqueza dos arcebispos e bispos, dos conventos e paróquias, a riqueza dos donos das fábricas, e dos comerciantes e dos proprietários de terras, é comprada ao preço de esforços desumanos dos trabalhadores da cidade e do campo. Qual é a única origem das dádivas e dos legados que os ricos senhores fazem à Igreja? Obviamente que não é o trabalho das suas mãos e o suor dos seus rostos, mas a exploração dos trabalhadores que trabalham sem descanso para eles [...] O clero, não menos do que a classe capitalista, vive do povo, se beneficia da degradação, da ignorância e da opressão das pessoas. O clero e os capitalistas parasitas odeiam a classe trabalhadora organizada, consciente de seus direitos, que luta pela conquista de suas liberdades” (LUXEMBURGO, 2018, p. 17).*

Retomando a questão inicial do escrito, isto é, os fundamentos dos ataques da Igreja aos socialistas e trabalhadores, entende-se a razão pela qual o clero assim os perpetram: *“Os trabalhadores com consciência de classe, organizados no Partido Social Democrata, lutam por dar realidade à ideia de igualdade social e de fraternidade entre a humanidade, objetivo que fora anteriormente o da Igreja Cristã” (LUXEMBURGO, 2018, p. 16). Daí que, o clero, percebendo que uma parte das contradições vem se revelando, opta por atacar aqueles que podem se rebelar contra a ordem estabelecida e seus cânones. Mas, de forma alguma, os trabalhadores ou a possibilidade de revolução querem abolir a vida religiosa e sua autonomia de consciência. Aqui interpretamos que se busca, muito além, possibilitar a liberdade de pensamento e o cultivo de crenças livres da heteronomia – no sentido kantiano mesmo – de um poder espiritual que já não*

representa o povo. *“A Social Democracia de modo algum combate os sentimentos religiosos. Ao contrário, procura completa liberdade de consciência para todo o indivíduo e a mais ampla tolerância possível para qualquer fé e qualquer opinião. Mas desde o momento que os padres usam o púlpito como um meio de luta contra as classes trabalhadoras, os trabalhadores devem lutar contra os inimigos dos seus direitos e da sua libertação. Porque aquele que defende os exploradores e ajuda a prolongar esse atual regime de miséria, esse é o inimigo mortal do proletariado, quer esteja de batina ou de uniforme de polícia”* (LUXEMBURGO, 2018, p. 20).

Diante do certo trecho acima, fechamos este singelo exercício de escrita e, coadunando com Rosa Luxemburgo, seguimos firmes com a ideia freireana de que cabe ao oprimido libertar-se da lógica opressora⁶, não seguindo os esquemas de pensamento dominantes. Portanto, a partir de um projeto autônomo e consciente de emancipação das amarras que mantêm na miséria a grande massa de trabalhadores(as) oprimidos(as) mundo afora, é possível vislumbrar outro “projeto” socialista para as sociedades atuais. Contudo, não será um partido político o agente dessa mudança potencial, tampouco a benevolência de um punhado de filantropos burgueses e clericais, mas sim a revolta e tomada de consciência da grande massa global de trabalhadores – homens e mulheres – precarizados, subempregados, terceirizados, uberizados e pauperizados que definham por quase todos os rincões de nosso globo. Os limites⁷ dessa ação coletiva são, hoje, muito maiores do que no passado (a ideologia não dorme!), mas se há algum ator social capaz de mudar a ordem das coisas será o indivíduo oprimido e anulado pelas engrenagens do capital. Não será, evidentemente, um capitalista que irá subverter a ordem⁸ que tanto o agrada⁹ (tampouco um sacerdote!).

⁶ Para Paulo Freire, a liderança revolucionária deve problematizar aos oprimidos todos os mitos de que se servem as elites opressoras para oprimir. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁷ Como reflexão extra, consultar o projeto teórico da Escola de Frankfurt e a problematização aporética acerca do bloqueio estrutural da práxis transformadora, dada pela estabilização dos elementos autodestrutivos do capitalismo, pela integração das massas ao sistema (através, principalmente, da indústria cultural) e pela repressão a todo movimento de contestação (NOBRE, 2008). Ver: NOBRE, Marcos. **A Teoria Crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

⁸ “Onde existe uma ordem, é muito difícil que se decidam a substituí-la por uma nova ordem” (GRAMSCI, 1976, p. 119). In: GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Volume I. Lisboa: Seara Nova, 1976.

⁹ Novamente Paulo Freire (1987, p. 84) nos ensina: “[...] seria realmente ingenuidade esperar das elites opressoras uma educação de caráter libertário”. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.